

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 10 – Informação e Memória

MEMÓRIAS QUE PERMEIAM A CANÇÃO *PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES*

MEMORIES THAT PERMEATE THE SONG SO AS NOT TO SAY THAT I DIDN'T TALK ABOUT THE FLOWERS

Ana Claudia Medeiros de Sousa – Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo evidenciar vestígios de memória que permeiam a canção “pra não dizer que não falei das flores” materializados em documentos arquivísticos. Se caracteriza como uma pesquisa descritiva, documental e qualitativa. Os resultados apresentaram documentos custodiados pelo Arquivo Nacional que registram informações que fazem alusão à canção “pra não dizer que não falei das flores”. O teor informacional registrado nos documentos revela o contexto social, histórico e político em que a canção foi produzida, descortinando fatos que permeiam a canção, os quais se mostram capazes de revelar indícios de memórias dos embates em defesa da democracia. Portanto, os vestígios de memória identificados nos documentos analisados revelaram que a referida canção se configura um dispositivo insurgente a regimes ditatoriais.

Palavras-chave: memória; documento arquivístico; documento musical.

Abstract: This research aims to highlight traces of memory that permeate the song “pra não dizer que não falei das flores” materialized in archival documents. It is characterized as a descriptive, documentary and qualitative research. The results presented documents held by the National Archives that record information that alludes to the song “pra não dizer que não falei das flores”. The informational content recorded in the documents reveals the social, historical and political context in which the song was produced, revealing facts that permeate the song, which are capable of revealing evidence of memories of the clashes in defense of democracy. Therefore, the traces of memory identified in the documents analyzed revealed that the aforementioned song is configured as an insurgent device against dictatorial regimes.

Keywords: memory; archival document; musical document.

1 INTRODUÇÃO

A informação e a música integram as práticas cotidianas da sociedade e os processos de produção e de apropriação (atribuição de sentido) de ambas se dão correspondentes a dado contexto histórico, social e cultural. As atividades musicais geram documentos nos mais

diversos suportes formando acervos que podem registrar indícios de memória e identidade de seus produtores.

Com a produção de canções o artista utiliza de aspectos inerentes à sua cultura, expressando sua visão de mundo, seus traços ideológicos, políticos, de crenças, entre outras concepções pelas quais interpreta a sua realidade. Isso faz com que algumas canções sejam produzidas ou utilizadas com finalidades que variam, tais como as canções festivas que celebram algum ser, fato ou fenômeno; as canções religiosas utilizadas na evocação do divino; as canções de protestos que visam alcançar o senso crítico do ouvinte diante das realidades sociais, políticas, econômicas; etc.

Para Sampaio e Sousa (2023), a canção pode ser considerada um dispositivo informacional que carrega viés insurgente, crítico e de resistência; e, aqui ainda acrescentamos que a canção pode se configurar um referencial de memória, com potência simbólica na constituição da memória coletiva.

Uma canção pode transparecer a intencionalidade do compositor, mas também o ouvinte tem a “liberdade” de interpretá-la a partir do seu olhar, podendo (re)significar a canção pautado na sua necessidade ou mesmo no seu cabedal cultural. Exemplo disso é a canção “pra não dizer que não falei das flores”, composta por Geraldo Vandré e apresentada publicamente em 1968, no período da Ditadura Militar no Brasil. A letra da referida composição alcançou as pessoas contrárias ao Regime e tornou-se uma das canções mais difundidas nas lutas revolucionárias. Neste ponto é válido citar a autora Stone (2008) ao defender que uma canção é capaz de revelar elementos culturais do contexto em que foi produzida, podendo transparecer a estrutura política, os costumes, as crenças e outros elementos que compõem a vida em sociedade.

Diante do exposto, esta pesquisa foi pautada na seguinte questão norteadora: quais vestígios presentes em documentos arquivísticos que evocam a memória da canção “pra não dizer que não falei das flores” como um dispositivo insurgente? Para responder esta questão, traçamos como **objetivo** evidenciar vestígios de memória que permeiam a canção “pra não dizer que não falei das flores” materializados em documentos arquivísticos.

A pesquisa se caracteriza como descritiva e documental, com o uso da abordagem qualitativa. Esta última fundamentada nas reflexões de autorias que versam sobre documento e memória, tais como Le Goff (2013); Silva e Oliveira (2014); Nascimento e Azevedo Netto (2016); Sampaio e Sousa (2023); entre outras autorias.

2 DOCUMENTO, ARQUIVO E MEMÓRIA

As práticas de avaliação, organização, preservação, difusão e uso de documentos arquivísticos devem ser realizadas considerando a proveniência desses itens, observando que “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo relações de força que nela detinham o poder”, conforme defende Le Goff (2013, p. 495). Assim, o documento arquivístico, para além de evidenciar o contexto de produção, pode descortinar discursos tensionais.

Para Le Goff (2013, p. 497) o documento “[...] é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, ensinamento [...] que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente”. Com isso, o documento, dependendo do teor informacional que registra, é capaz de revelar vestígios de memória de seus produtores, como também, de transparecer os vieses políticos e ideológicos que permearam sua produção.

Em se tratando do conceito de memória, Nascimento e Azevedo Netto (2016, p. 2) defendem que ele

[...] está intrinsecamente interligado à sociedade de forma individual ou coletiva, ou seja, configura-se como um caminho passível de redescoberta dos processos de representação social e cultural, e, por conseguinte, para a redefinição de projetos que relacionem passado, presente e futuro.

Com base nos autores, compreendemos que os documentos materializam os processos de representação social e cultural que permeiam a vida em sociedade, em que seus produtores performam e registram suas concepções ideológicas e seus valores simbólicos, produzindo assim, representações/acionadores de memória individual e/ou coletiva, e os sujeitos podem (re)significar o passado, interpretar o presente e idear o futuro.

A atribuição de sentido às informações que dado documento registra deve perpassar “[...] pela teia social que o envolve, e pelo que ele revela de mais amplo, ou mesmo particular

de uma época e de uma sociedade [...]” (Santos, 2012, p. 25). O teor informacional registrado em documentos pode acionar lembranças

[...] na medida em que determinado elenco de informações que se referem ao passado de um grupo são reunidas e relacionadas entre si, como forma de dar um sentido de compartilhamento de passados, constantemente construídos e reinterpretados. Assim pode-se exemplificar a relação entre a informação e a memória na multiplicidade de suportes que a informação pode assumir, no seu processo de representação através da cultura material, expressos como documentos e monumentos (Azevedo Netto, 2007, p. 14-15).

Dessa maneira, o arquivo como instituição memória tem um papel essencial no tratamento de diversificados gêneros documentais, na salvaguarda e difusão de seus fundos documentais. Michel Foucault e Jacques Derrida, “[...] instituíram o arquivo como metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder; como construto político que produz e controla a informação, orientando a lembrança e o esquecimento [...]” (Heymann, 2012, p. 24). Essa reflexão sobre o papel e o poder do arquivo quanto ao que é lembrado e esquecido direciona uma responsabilidade para as pessoas arquivistas demandando desses profissionais uma conduta pautada na ética, na criticidade e no agir consciente, pois ao atuarem nas práticas de avaliação, organização, difusão, etc., necessitam vislumbrar o direito que a comunidade usuária possui de ter seu patrimônio documental, a sua história e de seus ancestrais, preservados e acessíveis, posto que os documentos considerados históricos

[...] foram os administrativos de ontem, e os documentos administrativo de hoje serão os documentos históricos de amanhã. Mesmo os documentos históricos de hoje podem torna-se novamente administrativos amanhã, por diversas circunstâncias, devido a sua utilização. Apesar de os arquivos serem conservados primeiramente para fins administrativos, constituem base fundamental para a história, não apenas do órgão a que pertencem, mas também do povo e suas relações sociais e econômicas (Paes, 2009, p. 121).

Os documentos advindos das práticas artísticas também materializam aspectos históricos e vestígios de memória de seus produtores, como é o caso do documento musical, quando a melodia, a letra, o ritmo, o timbre, entre outros elementos que compõem uma canção, transparecem características culturais, sociais, geográficas, de tempo histórico, etc. Essas características foram citadas por Stone (2008, p. 8) ao defender que a “[...] canção pode caracterizar uma cultura em termos de elementos estruturais básicos, tais como

complexidade e nível de subsistência, estrutura política, complementaridade e costumes sexuais”.

No contexto arquivístico, quando um documento carrega valores culturais e ganha o *status* de documento com valor histórico/permanente é considerado um bem patrimonial. Reconhecer determinados documentos como patrimônio documental “[...] é, portanto, relembrar o patrimônio técnico da cultura da informação por meio de todas as ferramentas e dispositivos que servem para memorizar, arquivar e categorizar informações e conhecimentos” (Le Deuff, 2010, p. 5, tradução nossa).

O documento musical pode transparecer significativas características do compositor – como ideologias, crenças, costumes –, do seu contexto sociocultural e do seu tempo histórico, revelando traços de memória desse sujeito, mas também podendo acionar a memória individual e/ou coletiva em sujeitos que de alguma maneira se reconhecem em determinada canção. Silva e Oliveira (2014, p. 134) afirmam que a memória

[...] está indissolúvelmente interligado à sociedade de forma individual ou coletiva (grupo), conjugando e nutrindo uma relação existencial sobre si, sobre outro e sobre nós, em uma realidade e alteridade e significado que se estrutura em nossos *habitus* configurados no cotidiano.

A partir dessa compreensão, a memória é intrínseca à sociedade e fomenta a significação de fatos e de fenômenos. Nessa conjuntura, entendemos que os arquivos que salvaguardam e realizam a difusão de seus fundos documentais, contribuem para que a sociedade possa acessar seus bens patrimoniais, sua memória, conhecer o passado, compreender o presente e ter perspectivas de futuro, tanto na dimensão individual quanto coletiva. Quando esses documentos são provenientes das práticas musicais, podem fomentar processos de rememoração de fatos ocorridos e acionar diversificados sentimentos - que incluem desde o de pertencimento até o de problematização da realidade - com base no teor informacional que o documento registra. Portanto, reiteramos o papel das instituições arquivísticas na preservação e difusão da informação, sobretudo no que refere a documentos que evocam a memória e fomentam a ativação da consciência crítica dos sujeitos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como descritiva, pois segundo Gil (2010, p. 42), este tipo de estudo tem “[...] como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Esta pesquisa buscou descrever aspectos relativos a uma canção ao traçar o objetivo de evidenciar vestígios de memória que permeiam a canção “pra não dizer que não falei das flores” materializados em documentos arquivísticos.

O estudo se configura também como documental que de acordo com Gil (2010, p. 46), é uma “[...] fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”. Os documentos analisados nesta pesquisa foram levantados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

Utilizamos como método a análise documental, que segundo Aróstegui (2006, p. 508) é o “[...] conjunto de princípios e de operações técnicas que permitem estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico”. Ou seja, esse método viabiliza a interpretação de fatos e fenômenos sociais registrados nos itens documentais, podendo evidenciar aspectos comportamentais e subjetivos de sujeitos, além do contexto sociocultural em que os documentos foram produzidos.

Para o levantamento, utilizamos o catálogo do SIAN adotando inicialmente como o termo de busca o nome do compositor, Geraldo Vandré, com os filtros do período entre 1664-1985 e documentos disponíveis digitalmente. Foram recuperados 539 registros, resultado que nos levou a adotar outro termo de busca, com o intuito de filtrar melhor a busca visando recuperar dados mais correspondentes ao objetivo da pesquisa. Para isso, adotamos o nome da canção “pra não dizer que não falei das flores” e, ainda assim, foram recuperados 241 itens.

Para viabilizar a pesquisa, alteramos também o filtro de período para 1964-1973, obtendo 36 documentos. Desses, foram selecionados diferentes gêneros documentais: textual, sonoro, musicográfico¹ e audiovisual, com cinco documentos formando a amostra desta pesquisa. A busca foi realizada entre os dias 10 e 14 fevereiro de 2025.

¹ Gênero documental que registra notação musical.

A análise dos dados identificados nos documentos arquivísticos foi realizada observando a sequência de significados presentes nos itens, como por exemplo a proveniência e organicidade dos documentos, com atenção aos aspectos subjetivos dos dados, posto que a abordagem adotada foi a qualitativa, que de acordo com Minayo (2003), permite pesquisadores trabalharem os aspectos subjetivos dos dados e os valores que constituem determinada estrutura social. A interpretação dos resultados foi baseada nas concepções apresentadas no referencial teórico desta pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

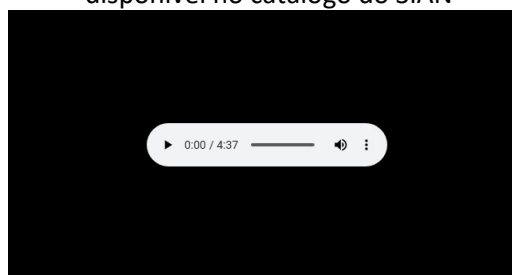
Com o intuito de evidenciarmos os vestígios de memória que permeiam a canção “pra não dizer que não falei das flores” materializados em documentos arquivísticos, buscamos analisar itens selecionados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Mas, antes de adentrarmos nos documentos, vamos discorrer sobre o compositor e contextualizar o tempo histórico da produção da referida canção, uma vez que concordamos que documentos provêm da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que nela tinham o poder, como defende Le Goff (2013).

O compositor Geraldo Pedrosa de Araújo Dias - com nome artístico Geraldo Vandré - nasceu em João Pessoa na Paraíba em 1935 e na adolescência foi morar no Rio de Janeiro, onde se dedicou aos estudos no Curso de Direito e integrou o movimento *União Nacional dos Estudantes*. Na música, iniciou sua carreira na década de 1950. Em 1968, participou do *III Festival Internacional da Canção*, com a performance de “pra não dizer que não falei das flores”.

A canção que também ficou conhecida pelo nome “caminhando” alcançou fortemente o público, conforme pode ser constatado no registro sonoro (Figura 1) disponibilizado pelo SIAN. Ao constatar as informações registradas no documento sonoro, retomamos o pensamento de Azevedo Netto (2007) ao exemplificar a relação entre a informação e a memória na multiplicidade de suportes que a informação pode assumir, que neste caso em análise é o registro de áudio da apresentação da canção em que pode ser verificada a fruição do público durante a performance de Geraldo Vandré ao interpretar a canção no *III Festival*

Internacional da Canção (conforme conteúdo sonoro disponível no endereço descrito na nota de rodapé²).

Figura 1 – Print do registro sonoro de “pra não dizer que não falei das flores” disponível no catálogo do SIAN



Fonte: SIAN, Arquivo Nacional ([20--?])

Pautadas em Le Goff (2013) concordamos que documento é testemunho e o que ele registra deve ser analisado para além do significado aparente. O documento sonoro que registra o Festival evidencia mais que a performance do artista quando revela a fruição do público carregada de expressividade revolucionária, uma vez que o período histórico que ocorreu o referido Festival (1968) foi no contexto da Ditadura Militar, que dominou o Brasil com um regime autoritário entre os anos de 1964 até 1985.

No levantamento foi recuperado um dossiê do *FUNDO: Correio da Manhã - BR RJANRIO PH* e de acordo com o elemento de “descrição de conteúdo”, são recortes de jornais que contextualizam os fatos ocorridos no Festival e a proibição da música a partir da solicitação do general Luís de França Oliveira, junto ao Departamento Federal de Segurança Pública. Podemos afirmar que tanto o conteúdo sonoro citado anteriormente quanto o dossiê que reúne matérias de jornais que versam sobre a apresentação da canção e a sua censura, revelam informações do contexto ditatorial vivenciado pelo Brasil no período de produção desses documentos.

² O registro sonoro da canção “pra não dizer que não falei das flores” que está no *FUNDO: Serviço de Censura de Diversões Públicas - RJ - BR RJANRIO TN*. Disponível em: imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tn/cpr/tpr/lmu/0004/br_rjanrio_tn_cpr_tpr_lmu_0004_d0001de0001.mp3.

A Figura 2 ilustra a partitura que inclui a letra e a melodia da canção. Esse documento foi recuperado no *FUNDO: Discoteca Arquivo Nacional - BR RJANRIO J5*. Podemos reiterar que o conteúdo da canção revela aspectos sociais e políticos, confirmando o pensamento de Stone (2008) ao citar que uma composição pode caracterizar dada cultura e/ou estrutura política.

Figura 2 – Partitura de “pra não dizer que não falei das flores”



Fonte: SIAN, Arquivo Nacional ([20--?])³

Sobre o conteúdo da canção caracterizar o contexto social e político pode ser confirmado no documento ilustrado na Figura 3 - um documento textual com carimbo de confidencial - que descreve detalhadamente a repercussão da apresentação da canção citando que foi aplaudida durante 10 minutos e descreve seu conteúdo da seguinte maneira: *“Trata-se de hábil síntese, na melhor forma estética, de postulados básicos da doutrina*

³Disponível em: imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_j5/0/rts/0044/0010/br_rjanrio_j5_0_rts_0044_0010_d0001de0001.pdf.

*marxista [...]*⁴ associando o conteúdo da canção ao sociólogo Karl Marx, que defendia o socialismo e a classe operária.

Este documento pertence ao *FUNDO: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica - BR DFANBSB VAZ*, produzido em 12 de dezembro de 1968, com informações de cunho investigativo, visando monitorar ações vinculadas tanto ao compositor quanto ao uso da canção em manifestações contrárias à Ditadura. Este documento nos retoma o pensamento de Paes (2009), quando afirma que os documentos que foram administrativos no passado podem se tornar históricos. As informações contidas no documento ilustrado na Figura 3, revelam sua proveniência, função e entidade produtora – um quartel integrante do Ministério da Aeronáutica. Em outro trecho o documento descreve:

*A letra faz alusão às Fôrças Armadas, e nela consta que “o soldado aprende no quartel a morrer pela Pátria (aprende de arma na mão), e a viver sem razão”. “Quem sabe faz a hora não espera acontecer”...,, conceitua o problema da conscientização para o desenlace da fase mais ativa do movimento revolucionário. A igualdade dos homens como seres sociais (e não como sôres morais, pois isto os marxistas não aceitam) é abundantemente fundamentada. [sic]*⁵

Podemos inferir que o documento foi produzido com fins investigativos e ao ser analisado no contexto atual, constatamos indícios de opressão e censura que a população vivenciou no período da Ditadura Militar, em que não interessava ao Regime que a população tivesse acesso a conteúdos carregados de criticidade sobre a realidade social e política do país e sobre as intencionalidades do Regime, conforme reforça o trecho:

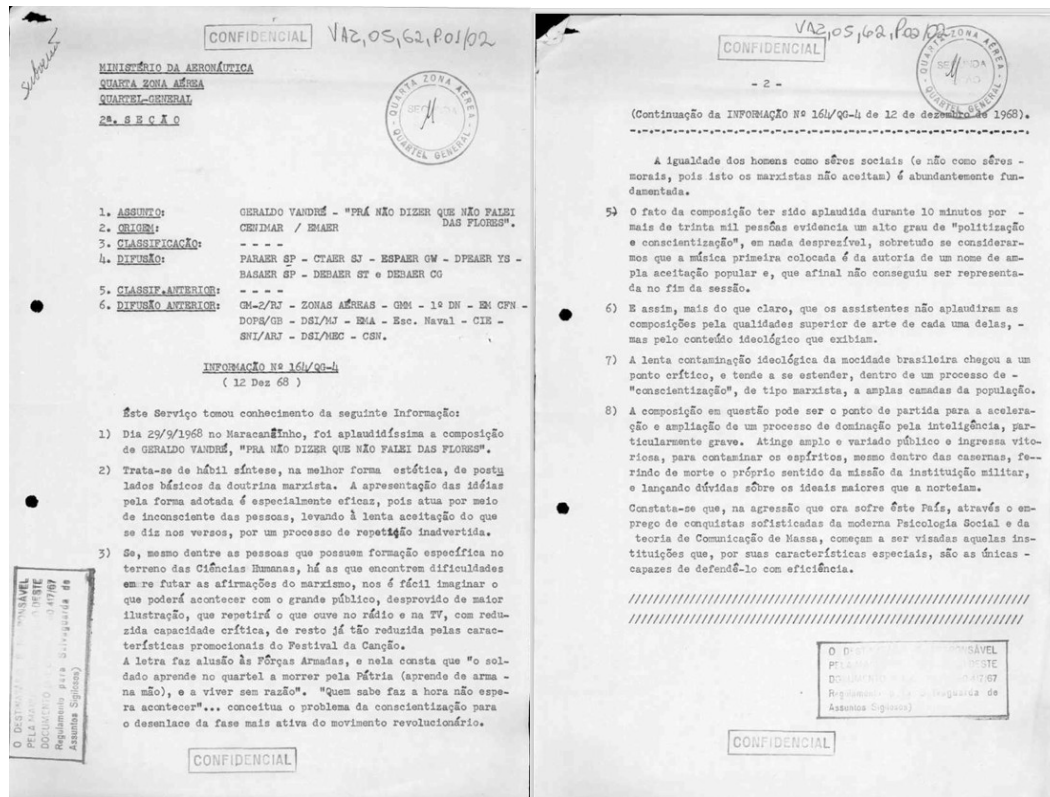
*A composição em questão pode ser o ponto de partida para a aceleração e ampliação de um processo de dominação pela inteligência, particularmente grave. Atinge amplo e variado público e ingressa vitoriosa, para contaminar os espíritos, mesmo dentro das casernas, ferindo de morte o próprio sentido da missão da instituição militar, e lançando dúvidas sobre os ideais maiores que a norteiam.*⁶

Figura 3 - Documento proveniente do Centro de Informações da Aeronáutica que investiga os fatos vinculados a canção “pra não dizer que não falei das flores”

⁴ Trecho retirado do segundo parágrafo do documento ilustrado na Figura 3.

⁵ Trecho retirado do quarto parágrafo do documento ilustrado na Figura 3.

⁶ Trecho retirado do oitavo parágrafo do documento ilustrado na Figura 3.



Fonte: Brasil (1968)

É válido destacar que, as informações registradas nesses documentos arquivísticos confirmam a relevância do Arquivo Nacional do Brasil ao salvaguardar a documentação que versa sobre o país, pois como defende Paes (2009), os arquivos constituem base fundamental para a história e para o povo que se reconhecem nesses documentos.

A Figura 4 se refere a um *print* de um vídeo de 02 de dezembro de 1968. É um documento audiovisual pertencente ao *FUNDO: TV Tupi - BR RJANRIO NO*, com o título “bomba terrorista no teatro opinião”. No elemento de descrição arquivística “âmbito e conteúdo” identificado no Catálogo do SIAN, consta a seguinte informação: “Estragos causados por um atentado à bomba do Comando de Caça aos Comunistas no Teatro Opinião, em Copacabana, onde o cantor Geraldo Vandré apresentava o show ‘Pra não dizer que não falei de flores’”.

Esse é mais um documento (Figura 4) que associa a canção aos revolucionários perseguidos pelo Regime Militar. Os documentos registram disputas e intenções que permeiam as práticas sociais de seus produtores, por isso, a significação atribuída ao

documento deve considerar a teia social que o envolve, o que ele revela de mais amplo ou particular de um tempo histórico e/ou de uma sociedade, conforme afirma Santos (2012).

Figura 4 – Print de documento audiovisual do Fundo TV Tupi que registra atentado ocorrido no Teatro Opinião



Fonte: SIAN, Arquivo Nacional ([20--?])⁷

Na Figura 5, consta um documento textual integrante do *FUNDO: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8*, datado de 1971, em que descreve a publicação de revistas por diferentes editoras que objetivavam, segundo o documento, propagandas subversivas. Relata que essas publicações vêm acompanhadas de discos de artistas que, no período de publicação, encontravam-se exilados do país. Dentre esses artistas, aparece Geraldo Vandré. Segundo as informações registradas no documento, a *Editora Abril Cultural* lançou uma revista intitulada “História da Música Brasileira – Geraldo Vandré”, tendo em anexo um disco do artista. O documento cita que a referida publicação enaltece o compositor e elogia a canção ‘pra não dizer que não falei das flores’.

Figura 5 – Documento do Serviço Nacional de Informações

⁷Disponível em: imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_no/0/fil/0045/br_rjanrio_no_0_fil_0045_d0001de0001.mp4.

CONFIDENCIAL

MINISTERIO DO EXERCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

210,GB de 002 de 1971

INFORMAÇÃO N.º 2360
5/103.2-CIE

38776

1. ASSUNTO: PROPAGANDA SUBVERSIVA EM FORMA DE FASCICULO COM DISCO ANEXO.
2. ORIGEM: CIE
3. DIFUSAO: SNI/AC - DFP - DFP/GB - DOPU/GB e 5/102
4. DIFUSAO ANTERIOR:
5. REFERENCIA:
6. ANEXO:

S.N.I.
AGENCIA CENTRAL
624524-70171
PROTOCOLO

Alguns grupos, suspeitos de ligação subversiva vinculados a determinados órgãos de imprensa e a compositores de música popular reconhecidos como de "esquerda", estão mostrando um interesse imitado em promover diversos compositores brasileiros asilados no exterior por motivos políticos, alguns participantes da campanha de difusão contra o BRASIL, entre eles, em destaque, GERALDO VANDRE e GILBERTO GIL.

A Editora "Abril Cultural" acaba de lançar nas bancas de jornais e na revista, com disco anexo, intitulada "HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA - GERALDO VANDRE". Trata-se de uma prosação enaltecendo o compositor e suas músicas, inclusive a canção "CABINHA DO OU PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DE FLORES", que, apesar de não constar do disco, é elogiada e relembrada. O fascículo que recebeu o nº34 promove incondicionalmente esse compositor subversivo que no exterior empreende uma campanha destruidora da imagem do BRASIL.

A Editora de "O PASQUIM" lançou, simultaneamente, um outro fascículo, promovendo GILBERTO GIL, com um LP de oito faixas anexo. Também está sendo vendido nas bancas de jornais como artigo popular. Além de difundir algumas músicas inconsequentes, possui, nos artigos de autoria de TARSO DE CASTRO, mensagens distorcidas, algumas contendo inverdades e exageros a respeito de GILBERTO GIL. O fascículo começa com um recado de MARIA ESTRELA (irmã de CASTANHO VELOSO) a "GIL meu não", incentivando-o a mandar música para o carnaval. Segue-se com outro recado de TARSO DE CASTRO, que inicialmente, diz ter "descubri-

-continua-

CONFIDENCIAL

Fonte: SIAN, Arquivo Nacional ([20--?])⁸

Este documento ilustrado na Figura 5 reitera que era de interesse do Regime Militar informações referentes a canção “pra não dizer que não falei das flores”, nos levando a inferir que a canção foi reconhecida tanto pela população quanto pelo Regime como um “dispositivo insurgente” (Sampaio; Sousa, 2023).

Os documentos analisados nesta pesquisa são custodiados pelo Arquivo Nacional do Brasil, fato que nos remete ao pensamento de Heymann (2012) de que o arquivo é construído político que produz e controla a informação, orientando a lembrança e o esquecimento. Ao realizar as atividades de tratamento, descrição e difusão através do catálogo do Sistema de Informações do Arquivo Nacional, o referido Arquivo e seus profissionais contribuem para que a sociedade tenha acesso aos documentos que versam sobre a história do país. Esses

⁸Disponível em: imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71038776/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71038776_d0001de0001.pdf.

documentos podem ser acionadores de memória quando os sujeitos se reconhecem neles, tanto de maneira “individual” quanto “coletiva” (Nascimento; Azevedo Netto, 2016).

Sobre a performance de Geraldo Vandré no *III Festival Internacional da Canção*, “sua participação nesse evento, bem como sua repercussão, foram fatores decisivos para a sua trajetória e para que ocorresse uma espécie de mitificação do compositor e a associação de sua imagem às ideias de protesto [...]” (Silveira, 2011, p. 90), apesar do compositor – que chegou a ser exilado - alegar que a canção não tinha o viés de protesto. Independente da afirmativa do compositor, a população legitimou e reconheceu essa canção como um “hino” da luta pela democracia, conforme evidenciam os documentos analisados nesta pesquisa.

Nessa conjuntura, ao analisarmos os documentos apresentados nesta seção concordamos com Azevedo Netto (2007) quando defende que informações referentes ao passado de um grupo quando são reunidas e relacionadas entre si, podem dar um sentido ou possibilidades de reinterpretação quanto ao pretérito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de buscar vestígios de memória que permeiam a canção “pra não dizer que não falei das flores”, estando esses vestígios materializados em documentos arquivísticos, recorreremos ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional e recuperamos dossiês e documentos pertencentes aos fundos custodiados na referida Instituição.

De maneira majoritária, os documentos que compuseram a amostra desta pesquisa, evidenciaram que seus conteúdos informacionais, em alguma medida, vinculam a canção “pra não dizer que não falei das flores” a ações e movimentos contrários a Ditadura Militar, consolidando a referida composição como um dispositivo insurgente a regimes opressores. O teor informacional registrado nos documentos revela o contexto social, histórico e político em que a canção foi produzida, descortinando fatos que atravessam a canção capazes de transparecer vestígios de memória dos embates em defesa da democracia.

Esse viés insurgente da referida canção também é evidente em outros documentos que não compuseram a amostra desta pesquisa, mas que em uma outra fase do estudo serão

evidenciados em publicações futuras. Dentre esses documentos podemos citar os pertencentes ao *Fundo de Divisão de Censura de Diversões Públicas*, referentes a solicitações para gravar ou apresentar em shows a canção “pra não dizer que não falei das flores”; e pedidos de análises de compositores que teriam produzido músicas que faziam alusão a referida canção. O catálogo viabilizou também a recuperação de documentos relacionados à investigação de padres considerados pelo Regime como pessoas subversivas quando em suas celebrações religiosas incluíam a canção. Outro documento registra que após a liberação pela Censura, a canção passou a ser tocada com frequência nas rádios, indicando a presença de pessoas ligadas a partidos esquerdistas no ramo da Comunicação Social. Foram identificados também documentos referentes aos comícios promovidos por campanhas pelas eleições diretas para Presidente da República que iniciavam e/ou encerravam com a canção “pra não dizer que não falei das flores”.

Esses resultados reiteram a relevância da preservação e difusão da informação realizadas pelas instituições arquivísticas, sobretudo em se tratando de documentação que registra informações de fatos e fenômenos que impactaram fortemente o cotidiano da sociedade. Essa documentação pode acionar memória - individual ou coletiva – levando os sujeitos a se sentirem representados nos itens documentais, como também essa documentação pode fomentar o alcance de um olhar crítico do sujeito sobre o mundo, para que ele possa aprender sobre o passado, compreender o presente e projetar o futuro.

REFERÊNCIAS

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. São Paulo: EDUSC, 2006.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Informações e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-20, 2007.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Quarta Zona Aérea. **Informação NS 161/QG-II**. Rio de Janeiro, 12 dez. 1968. 1 arquivo digital. Acervo: Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_vaz/0/0/00499/br_dfanbsb_vaz_0_0_00499_d0001de0001.pdf.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do Arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

LE DEUFF, Olivier. La culture de l'information et l'héritage documentaire. **Documentaliste-Sciences de l'Information**, Paris, v. 47, n. 3, p. 4-11, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2013.

MINAYO, Maria Cecília Souza de. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2003.

NASCIMENTO, Geysa Flávia Câmara de Lima; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Concepção Infomemorial no Campo da Ciência da Informação: aspectos teóricos e epistemológicos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17, 2016, Salvador. **Anais [...]** São Paulo: ANCIB, 2016.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SAMPAIO, Denise Braga; SOUSA, Ana Claudia Medeiros de. "Suspenderam os jardins da Babilônia": limítrofes informacionais e censura da Ditadura Militar às músicas de Rita Lee. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju (SE). **Anais [...]**. São Paulo: ANCIB, 2023.

SANTOS, Maria Cristina. Do exercício da crítica de fontes históricas à produção discursiva do historiador. *In*: MOREIRA, Maria Eunice (Org.). **Papéis nada avulsos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; OLIVEIRA, Bernardina Juvenal Freire de. Mnemosyne informacional: a possibilidade axiomática de construção de um conceito de memória para a Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, 135-143, jan./abr., 2014.

SILVEIRA, Dalva. A imprensa brasileira e a representação de Geraldo Vandré como símbolo de protesto contra a ditadura militar. **Ponto e vírgula**, n. 9, p. 89-104, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/13922/10246>. Acesso em: 19 mar. 2025.

STONE, Ruth M. **Theory for Ethnomusicology**. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2008.